



Número: **0827622-84.2018.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **07/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GERCINA SOARES MEIRELES (AUTOR)		GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12751605	27/10/2020 12:33	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº: 0827622-84.2018.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Seguro]**  
**AUTOR: GERCINA SOARES MEIRELES**  
**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**SENTENÇA**

Vistos.

GERCINA SOARES MEIRELES por advogado, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., ambos devidamente qualificados, aduzindo questões de fato e direito.

A parte autora alega, em suma, que sofreu acidente de trânsito em 11/11/2014, tendo dano permanente nos arcos costais, braço direito e pé direito. No entanto, teve a indenização indeferida, ensejando a presente lide.

Contestação contra argumentando os pontos iniciais, informando a inexistência de dano indenizável.

Réplica remissiva à inicial

Laudo da Perícia Judicial (ID 11749728), constando ausência de nexo de causalidade da lesão com os documentos apresentados.

Manifestação das partes acerca do laudo.

É, em síntese, o relatório. **DECIDO**

**DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO**

De acordo com o art. 355, I, CPC, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença quando não houver necessidade de produção de outras provas.

É o caso dos autos. A matéria envolvida pela lide diz respeito unicamente à questão aos documentos que embasam a presente ação, não havendo mais provas a se produzir ou discussão sobre fatos que já não estejam comprovados documentalmente.

O autor pretende receber indenização sob a alegação de ter sofrido “*dano permanente nos arcos costais, braço direito e pé direito*”.

A ação deve ser julgada improcedente.

Alega a parte autora que se envolveu em acidente de trânsito, o que lhe acarretou invalidez permanente, daí porque faz jus ao recebimento da indenização.

Contudo, nada há valor a ser indenizado.

O Perito judicial ao responder os quesitos formulados pelas partes, assim se posicionou:

Quesito nº 01: Há lesão cuja etimologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

**R.: NÃO. Sem elementos para afirmação.**

Quesito nº 02: Descrever o quadro clínico atual informando: qual a região corporal encontra-se acometida?

**R.: Não é possível determinar o nexo de causal da lesão apresentada e documentos juntados.**



Diante do laudo apresentado, conclui-se ser de rigor a improcedência do pedido autoral, não havendo se falar em indenização a ser recebida, por manifesta ausência de causalidade.

A referida perícia foi realizada por médico profissional com capacidade técnica para tal, devendo ser considerada prova válida para auferir o grau de lesão do requerente.

Soma-se ao fato de o autor não ter se manifestado acerca da prova pericial produzida em juízo, na qual, apenas apresentou a ciência quanto ao resultado do laudo (ID 12453536), o que demonstra sua concordância com o mesmo.

É a jurisprudência:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. RESPONSABILIDADE CÍVEL. NEXO DE CAUSALIDADE. INEXISTENCIA. PROVA PERICIAL PRODUZIDA EM JUÍZO. PREVALÊNCIA. 1. Estando o laudo pericial elaborado por perito reconhecidamente competente em sua área de atuação, de confiança do juízo, e em consonância com os parâmetros anteriormente delimitados, ausente prova cabal em sentido contrário, deve-se manter incólume a decisão que homologou o laudo apresentado pelo expert. 2. Recurso desprovido. (TJ-DF 07033260820178070018 DF 0703326-08.2017.8.07.0018, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, Data de Julgamento: 03/05/2018, 8ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 15/05/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada)*

*EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - PERÍCIA - MUTIRÃO - VALIDADE - VALOR PROBATÓRIO. A perícia efetivada no chamado "mutirão DPVAT", realizada por profissional especializado e imparcial, se mostra válida e possui incontestável valor probatório, ao esclarecer todas as questões necessárias ao deslinde da demanda.(TJ-MG - AC: 10701140096655001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 08/03/2018, Data de Publicação: 16/03/2018)*

*"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. PERÍCIA. MUTIRÃO DPVAT. VALIDADE. RESULTADO. MERA DISCORDÂNCIA DO AUTOR. REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. DESNECESSIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. - Não há que se falar em realização de nova perícia simplesmente porque a parte não concordou com o resultado do laudo médico elaborado. É desnecessária a realização de nova perícia quando a prova técnica, realizada sob o crivo do contraditório, mostra-se completa, bem fundamentada e sem vício a maculá-la" (ac. da 13ª Câmara*



*Cível deste Tribunal de Justiça na Apelação Cível  
1.0702.15.068504-9/001, Rel. Des. Luiz Carlos Gomes da  
Mata, j. aos 09/03/2017, pub. em 17/03/2017)*

Nesse sentido, **HOMOLOGO** o laudo pericial em todos os seus termos. Via de consequência, indefiro em sua totalidade o pleito autoral, por não constar nexo de causalidade entre a lesão e o acidente de trânsito, conforme constatado pelo laudo pericial.

**Diante do exposto, na forma do art. 487, I, CPC, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL em todos os seus termos.**

Custas Judiciais e Honorários Advocatícios em 10% sobre o valor da causa em favor do réu, a ser exigido na forma do art. 98, §3, CPC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

TERESINA-PI, 27 de outubro de 2020.

**Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

